

O TEMPO COMO FATOR DE OPACIDADE DA TRADUÇÃO

Sara Luiza Hoff
Valdir do Nascimento Flores

RESUMO: Este texto desenvolve-se a partir de dois princípios teóricos. O primeiro considera que a tradução é um fenômeno de linguagem que, para ser devidamente abordado, precisa estar articulado a uma teoria geral da linguagem (cf. STEINER, 2002). O segundo defende que a tradução comporta, em grande medida, a noção de interpretação (cf. STEINER, 2002). A partir desses princípios, busca-se desenvolver a hipótese de que o tempo pode ser um fator de opacidade (cf. RÉCANATI, 1979) do sentido de uma tradução. Os dados utilizados para a análise são oriundos de prefácios/posfácios de tradutores brasileiros em que são enfatizados aspectos referentes ao tempo na tradução.

PALAVRAS-CHAVE: tradução, tempo, transparência, opacidade.

ABSTRACT: This text is based on two theoretical principles. The first considers that translation is a language phenomenon that needs to be articulated to a general theory of language (cf. STEINER, 2002) to be properly addressed. The second argues that, in large measure, translation comprises the notion of interpretation (cf. STEINER, 2002). Based on these principles, we seek to develop the hypothesis that time may be an opacity factor (cf. RÉCANATI, 1979) of meaning in a translation. The data used for the analysis comes from prefaces/afterwords by Brazilian translators that emphasize aspects related to time in translation.

KEYWORDS: translation, time, transparency, opacity.

*Não exageraremos se dissermos que só temos
civilização porque aprendemos a traduzir o
tempo.*
(George Steiner)

1 INTRODUÇÃO

George Steiner dedica as mais de quinhentas páginas do seu *Depois de Babel: aspectos da linguagem e tradução* para defender um punhado de teses que são, na

contemporaneidade, de incontornável relevância não apenas para os estudos acerca da tradução como também para toda a reflexão que considera a linguagem em seus diferentes ângulos (cultural, linguístico, antropológico, estético etc.).

Dessas teses, algumas precisam ser destacadas de imediato, dada a abrangência que as caracteriza. Steiner parece fazer, inicialmente, em seu livro, o seguinte percurso: a tradução *stricto sensu* é tão somente “[...] um caso especial no arco de comunicação que cada acto de discurso bem sucedido descreve no interior de uma língua dada” (STEINER, 2002, p. 75). Essa comunicação é fundamentalmente impregnada de interpretação, o que faz com que o homem esteja sempre, mesmo dentro de sua própria língua, traduzindo o seu dizer. Nesse sentido, traduzir é interpretar – o que já se mostra no título do primeiro capítulo de *Depois de Babel*, “Compreender é traduzir” – e, por isso mesmo, trata-se de algo que precisa ser visto articuladamente a uma teoria geral da linguagem.

Nas palavras de Steiner, traduzir seria, então, uma das faces da grande atividade de interpretação que é constitutiva de toda a atividade da linguagem – “o ser humano realiza assim um acto de tradução, no sentido mais pleno da palavra, quando recebe uma mensagem verbal de outro ser humano” (ibidem, p. 75). Essa atitude frente à tradução, finalmente, leva Steiner a defender que a tradução é a “[...] via de acesso a uma interrogação sobre a linguagem” (ibidem, p. 75), o que, de imediato a articula a uma teoria geral da linguagem. Em resumo: “estudar a tradução é estudar a linguagem” (ibidem, p. 76). Ou, como sintetiza o próprio autor, antecipadamente, no “Prefácio”:

Depois de Babel postula que a tradução está formal e pragmaticamente, implícita em *tudo* o acto de comunicação, na emissão e na recepção de todos os modos de sentido, tanto no sentido semiótico mais amplo como nas trocas mais especificamente verbais. Compreender é decifrar. Entender uma significação é traduzir. Os meios estruturais e de execução e os problemas essenciais do acto de tradução encontram-se portanto plenamente presentes nos actos de fala, de escrita e de codificação pictural no interior de uma língua dada. A tradução entre línguas diferentes é uma aplicação particular de uma configuração e de um modelo fundamental à linguagem humana, no próprio caso em que esta é monoglota (ibidem, p. 16, *itálico no original*).

O procedimento de Steiner é evidente: o fato de existir uma diversidade linguística enorme no planeta apenas mostra, de um lado, como não existe um mundo idêntico que pode ser meramente comunicado de uma língua para outra e, de outro lado, como dentro de cada língua há um mundo construído que também exige tradução.

Ora, de certa forma, a ideia de que traduzir é interpretar já pode ser encontrada em outros autores. Talvez o mais notável entre eles seja Roman Jakobson, que, em seu belo ensaio “Aspectos linguísticos da tradução”, utiliza a palavra “interpretação” para definir as três espécies de tradução: intralingual, interlíngua e intersemiótica¹. A primeira, também chamada por Jakobson de *reformulação*, “consiste na **interpretação** dos signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua” (JAKOBSON, 1974, p. 64, grifo nosso); a segunda “ou tradução *propriamente* dita consiste na **interpretação** dos signos verbais por meio de alguma outra língua” (ibidem, p. 65, grifo nosso, *itálico no original*); e a terceira “ou *transmutação* consiste na **interpretação** dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais” (ibidem, p. 65, grifo nosso; *itálico no original*)².

O que há de comum entre Jakobson e Steiner para além da evidente valorização da ideia de interpretação ligada ao fenômeno da tradução? Em ambos, a tradução está articulada – nós diríamos mesmo que está na dependência – de uma teoria da linguagem. Em outras palavras, pensar sobre a tradução – e, nesse caso, acreditamos que seria mais adequado utilizar a expressão *fenômeno tradutório* – é necessariamente pensar sobre a linguagem em geral. Assim concebido o fenômeno tradutório, sua dimensão prática está, para sempre, ligada à teoria.

Por outro lado, é importante ressaltar que, naturalmente, a noção de interpretação de Steiner e de Jakobson não é a mesma. Para o primeiro, interpretação

¹ O próprio Steiner refere esse texto de Jakobson às páginas 298–299 de seu livro.

² O ponto de vista segundo o qual traduzir é interpretar não é unânime entre os estudiosos do campo da tradução, assim como não é unânime atribuir a sua origem a Jakobson. A título apenas de exemplo, vale lembrar Umberto Eco, que dedica o décimo capítulo de seu livro *Quase a mesma coisa* (2007), cujo título “Interpretar não é traduzir” é absolutamente autoexplicativo, para se opor a ambos. Além disso, é interessante notar que o autor atribui a noção de concomitância entre tradução e interpretação à tradição hermenêutica, localizando a sua origem em Heidegger.

parece se aproximar mais de um posicionamento hermenêutico, de compreensão do discurso, com vistas à comunicação bem sucedida. Por outro lado, é possível argumentar, como já fez inclusive Eco (2007)³, que o russo parece usar o termo interpretação relacionando-o mais à noção de troca, de substituição de unidades linguísticas entre sistemas – linguísticos ou não linguísticos – diferentes. Todavia, é possível entender que a compreensão focalizada por Steiner se realize para que essa operação de troca se concretize, ou seja, o conceito proposto por ele está, de certa forma, contido nas proposições jakobsonianas.

Em nossa opinião, a palavra *interpretação*, quando aplicada à tradução, exige uma *glosa* que a faz se coadunar – guardadas as especificidades de cada ponto de vista – com o que entendemos estar na base das ideias de Jakobson e de Steiner. E nós a encontramos em um belo ensaio de Edmond Ortigues:

Qualquer tradução se apoia em critérios formais de significação, a gramática e o léxico, que são condição necessária da tradução, já que eles permitem eliminar falsos sentidos ou contra-sensos, mas não condição suficiente, porque aquilo que se traduz são frases, construções sempre singulares. O uso das palavras numa frase relaciona-se com a compreensão de toda a obra. Uma tradução pode ser mais ou menos interpretativa, ainda que, exatamente porque aspira a ser uma apresentação da obra autêntica, se distinga de uma interpretação propriamente dita, tal como o comentário explicativo. A tradução é um caso limite (ORTIGUES, 1987, p. 221).

Bem entendido – e essa é a glosa a que nos referimos no parágrafo anterior –, a tradução é uma interpretação, mas ela não é um comentário explicativo, o que seria próprio a uma interpretação hermenêutica. Um comentário é, claramente, algo diferente daquilo que é objeto do comentário. Por exemplo, os comentários exegéticos da Bíblia são, na verdade, uma interpretação filológica e doutrinal. O comentário reúne notas que revelam hipóteses, pontos de vista, críticas etc. do comentador acerca de um texto.

³ Na visão de Eco, as supostas identificações do conceito de tradução com o de interpretação feitas por Jakobson devem ser compreendidas a partir de uma glosa do tipo “[...] *como se fôsse uma tradução*” (ECO, 2007, p. 269, *itálicos no original*). Em outras palavras, segundo Eco, Jakobson apenas aborda “[...] a noção de significado em termos de tradução” (ibidem, p. 269), o que é muito diferente de dizer que traduzir e interpretar sejam a mesma operação. Eco parece defender que a interpretação é uma operação que precede a tradução (cf. p. 293 e ss.).

Nada disso se passa com a tradução. Para nós, o que faz da tradução um “caso limite”, para usar as palavras de Ortigues, não é o fato de ela *ser* um comentário, mas de ela *conter* um comentário que poderíamos chamar de descontínuo. Quer dizer: as decisões tomadas pelo tradutor constituem a tradução como se fossem um comentário interpretativo, mas, na verdade, elas estão descontinuamente integradas ao texto alvo.

Isto posto, voltemos, pois, a Steiner, porque, nele, encontramos um ponto que é de suma importância para uma parte do tema que queremos abordar aqui, o tempo na tradução. Conforme Steiner, quando lemos (ou mesmo quando ouvimos) um texto do passado, remoto ou recente, é traduzir o que fazemos. O tempo pode, inclusive, separar dois momentos da mesma língua, e isso exige tradução. Aliás, Steiner é peremptório ao afirmar que “o tempo pode constituir uma barreira mais intransponível que a diferença entre as línguas” (STEINER, op. cit., p. 55).

Entendemos que no processo tradutório não é diferente: o tempo que separa um texto escrito em uma língua da possibilidade de traduzi-lo em outra língua também pode ser uma barreira intransponível. E o exemplo capital vem do próprio Steiner: “traduzir um texto estalinista sobre a paz ou a liberdade sob a ditadura do proletariado num idioma não estalinista, que emprega as mesmas palavras **consagradas pelo tempo**, é produzir uma glosa polêmica, uma inversão de valores” (ibidem, p. 61, grifo nosso).

Em resumo, entendemos que traduzir é, sim, interpretar; que traduzir é uma operação que ocorre tanto dentro de uma mesma língua quanto entre línguas diferentes; que a tradução não pode ser concebida apartada de uma teoria geral da linguagem; que a linguagem é profundamente marcada pelo fator tempo, o que a torna um problema interlinguístico, sem dúvida, mas, também, intralinguístico.

E como opera o tempo na tradução? Certamente, a resposta exige articulação à teoria da linguagem. Insistimos no fato de ser “à teoria da linguagem” e não “à linguística”, ao menos não no sentido estrito que comumente se aplica ao contexto científico do qual a linguística faz parte. O fenômeno tradutório, para além do

tratamento burocrático⁴ ao qual tantas vezes é reduzido, é um fenômeno de linguagem desde que passemos a vê-lo articulado ao campo dos estudos do Homem, muito especialmente do Homem que fala. No fenômeno tradutório, inscreve-se o Homem falante em pelo menos duas instâncias: na da enunciação do texto fonte e na da enunciação do texto alvo.

Enfim, cremos que a maneira como opera o tempo na tradução pode elucidar a maneira como opera o tempo no fenômeno da linguagem em geral. Nossa hipótese aqui é que, tal como acontece dentro de uma mesma língua – que não cessa de mudar, obrigando o falante a traduzir o que disse ontem, o que ouviu em outros tempos, de seus ancestrais –, *a tradução é uma tentativa de redizer uma leitura, em um outro tempo*. Cada geração traduz de uma maneira porque cada língua, em seu tempo, possibilita esta ou aquela leitura. Cada falante traduz em seu tempo, mesmo que esteja atento ao tempo do texto de partida.

Ferdinand de Saussure diria: “uma língua, considerada em duas datas diferentes, não é idêntica a si mesma” (SAUSSURE, 2002, p. 132). Nós, absolutamente convencidos disso, diremos, parafraseando o mestre: uma tradução, considerada em duas datas diferentes, não é idêntica a si mesma; um texto a ser traduzido (o texto fonte), considerado em duas datas diferentes, não é idêntico a si mesmo; o tradutor (que, para nós, não é mais que uma das feições do falante), considerado em si mesmo, em duas datas diferentes, não é idêntico a si mesmo, na sua condição de tradutor; um texto traduzido (o texto alvo), considerado em duas datas diferentes também não idêntico a si mesmo. Observe-se que todas essas instâncias, em maior ou menor grau, exigem interpretação.

Como podemos ver, o tempo opera no fenômeno tradutório, em particular, de modo a elucidar a linguagem, em geral. E como seria diferente, se o fenômeno tradutório é um fenômeno de linguagem?

⁴ Não desconhecemos a importância que gramáticas, glossários, dicionários especializados ou não e léxicos, em geral, têm como ferramentas de trabalho da prática tradutória. No entanto, tomar o fenômeno tradutório articulado ao fenômeno da linguagem, em sua ampla e complexa natureza, impõe um outro viés: as possibilidades e as impossibilidades da tradução – que essas ferramentas não fazem mais que destacar – são índices importantes que mostram como o Homem produz-se como tal em sua língua e na dependência do que pode, ou não, dizer essa língua.

O que foi dito até aqui subsidia uma segunda hipótese, que será desenvolvida adiante (cf. item 2): o tempo pode ser um fator de opacificação⁵ da tradução. Em outras palavras: há o tempo do texto fonte, há o tempo do tradutor, há uma sucessão de leituras de um texto, há ressonâncias de uma história de leituras, há uma expectativa de leitura futura. Como se pode ver, há múltiplas dimensões do tempo em uma tradução e ele pode opacificar o sentido de um texto.

A reflexão esboçada acima – que busca ver a tradução articulada a uma teoria da linguagem e, por esse viés, busca abordar o tempo (um elemento geral da linguagem) como um fator de opacidade da tradução – será ilustrada no estudo que fazemos de prefácios/ posfácios escritos por tradutores brasileiros (cf. item 3) acerca de suas traduções, considerando, principalmente, a incidência do tempo como um elemento importante na elaboração da tradução. Ao analisarmos esses prefácios, mesmo que de maneira ilustrativa e não exaustiva, acreditamos dar maior clareza à glosa que fizemos acima, segundo a qual a tradução não *é* um comentário, mas *contém* um comentário. Na perspectiva aqui apresentada, tal comentário consiste nas decisões tomadas pelo tradutor, que se encontram integradas ao texto alvo, ainda que descontinuamente. Nos prefácios/ posfácios, enfim, esperamos surpreender, ao menos de maneira incipiente, o comentário do tradutor – no caso deste estudo, um comentário acerca do tempo – *contido* na tradução.

Antes de passar propriamente ao estudo em tela, uma última observação de caráter epistêmico: aos olhos de alguns, talvez dos mais zelosos de uma certa visão científicidade, poderia parecer que fizemos, nesta *Introdução*, uma mera justaposição

⁵ Apenas para fins didáticos, cabe esclarecer inicialmente o sentido que atribuímos a esse termo. Conforme o *Dicionário de linguística da enunciação* (FLORES et al., 2009), opacidade – termo atribuído a Récanati – é a “propriedade do signo que permite evidenciar sua própria forma ao ocultar aquilo que representa” (ibidem, p. 179). O *Dicionário* explica ainda: “Um signo pode ou não ocultar aquilo que representa. Um mapa, por exemplo, pode ser percebido, basicamente, de duas formas. Se o mapa não ocultar o que representa, pode ser entendido como uma representação de algo como os aspectos geográficos e políticos de uma região (contexto transparente). Entretanto, também há a possibilidade de ocultar aquilo que representa e, nesse caso, ele poderia passar a ser visto como um objeto, como um quadro ou um pôster (contexto opaco). Quando o signo deixa de representar algo - oculta aquilo que representa - e apresenta a si mesmo como objeto, pode-se falar em opacidade. No enunciado “‘Cícero’ tem 6 letras”, o signo “Cícero” remete à própria forma do signo, ou seja, à palavra “Cícero”. Assim, a relação estabelecida entre o signo e a coisa representada, agora ocultada, é opaca” (ibidem, p. 179).

de teorias cujas epistemologias de base são, senão incompatíveis, ao menos distintas o suficientes para impedirem a convivência pacífica. Quanto a isso, duas considerações que, esperamos, possam amenizar tal impressão. Em primeiro lugar, não objetivamos, acima, nem justapor, nem amalgamar perspectivas teóricas distintas, mas apenas fornecer uma base de estudos que contemplem o fenômeno da tradução com relação a aspectos mais amplos da linguagem. É isso que vemos em autores como Steiner e Jakobson, especialmente: em ambos, a reflexão sobre tradução está ligada a uma teoria geral da linguagem, o que apoia nossa decisão de pensar o tempo na tradução articulado a uma teoria geral da linguagem. Em segundo lugar, baseamo-nos na máxima saussuriana segundo a qual “é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 1975, p. 15) para evidenciar que a tradução, se vista em relação à linguagem em seu conjunto, pode – e deve – receber diferentes olhares, o que, de imediato, a projeta como um fenômeno capaz de trazer à luz aspectos ainda não examinados das relações entre o homem e a linguagem.

2 TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE: DO SIGNO AO TEXTO E À TRADUÇÃO

Transparência e opacidade são noções – poderíamos até dizer categorias – que não são recentes na história das ideias acerca da linguagem. Muitos são os autores da filosofia, da linguística, da lógica e da literatura, apenas para lembrar os mais evidentes, que se dedicam a pensar a respeito das propriedades referenciais da linguagem.

O filósofo da linguagem François Récanati, no final dos anos 1970, publica uma obra notável acerca dessas noções: *La transparence et l'énonciation, pour introduire a la pragmatique*. Nesse livro, Récanati considera que a teoria clássica do

signo⁶, na sua história, teve que dar conta de um paradoxo que é constitutivo da noção de signo, qual seja, “o signo deve estar ao mesmo tempo presente e ausente para representar a coisa significada”⁷ (RÉCANATI, 1979, p. 17). Em outras palavras, para acedermos à coisa representada, é preciso recorrer ao signo, à coisa representante, uma vez que é por seu intermédio que conhecemos a coisa representada; no entanto, devemos abstrair o signo, a coisa representante, para que ele funcione como signo, para que possamos aceder à coisa representada. É como se, para que ele funcione como signo, devêssemos ignorá-lo como signo.

O exemplo dado pelo autor é explicativo. Diz ele que “quando se lê um livro, não se presta atenção aos caracteres, mas ao que eles representam. Ao contrário, prestando-se atenção aos próprios caracteres, perde-se de vista o que eles representam” (ibidem, p. 17).

Desse paradoxo advém um duplo caráter do signo: ele é, simultaneamente, opaco e transparente. Quer dizer, “ele descobre e esconde ao mesmo tempo a coisa significada” (ibidem, p. 18). Isso significa que um signo só é realmente um signo, isto é, só funciona como interpretante de algo – que é o interpretado – se, ao mesmo tempo, ele se reflete na representação que opera. É por isso que podemos dizer que há, simultaneamente, transparência e opacidade, o que Récanati nomeia *transparência-cum-opacidade*. Esse último aspecto nada mais é do que a inclusão da ideia de reflexividade ao lado das já conhecidas noções de transparência e opacidade.

A partir disso, Récanati passa da noção de signo à de enunciado/enunciação, para mostrar que os enunciados, como ato de fala que são, introduzem, pela sua enunciação, uma reflexão sobre eles mesmos. Ou seja, distingue-se aí o dito de um enunciado do fato de ele ser dito, o enunciado da enunciação. O exemplo, mais uma vez, é do autor: “o enunciado ‘o gato está sobre o tapete’ é uma afirmação, o enunciado ‘eu prometo vir’ é uma promessa, o enunciado ‘feche a porta’ é uma ordem” (RÉCANATI, op. cit., p. 26). A relação entre enunciado e enunciação, nesses

⁶ Pela expressão “teoria clássica do signo”, nos distanciamos, como faz Récanati, da teoria saussuriana, uma vez que nesta, em função da consideração da natureza arbitrária do signo, não se abordam os aspectos representacionistas do signo.

⁷ Todas as traduções de Récanati (1979) são de nossa responsabilidade.

casos, acrescenta a uma visão clássica do signo a noção de que o enunciado reflete a sua própria enunciação: em “o gato está sobre o tapete” há o enunciado (o fato de o gato estar sobre o tapete) e a afirmação disso, a sua enunciação. O enunciado, nesse sentido, reflete sobre ele mesmo: simultaneamente representando um fato (que o gato está sobre o tapete) e se apresentando como afirmação.

O conjunto da reflexão de Récanati é muito mais complexo do que nossa incipiente apresentação deixa ver. No entanto, o que dissemos até agora é suficiente para introduzir o tema que nos conduz, qual seja, o tempo como fator de opacidade na tradução.

Em primeiro lugar, de nosso ponto de vista, uma tradução funciona *à moda de* um signo com relação ao texto fonte. E a expressão “à moda de” tem aqui um valor específico: não se trata, evidentemente, de considerar que a tradução é, *ipsis litteris*, um signo. Porém, com essa analogia, o que queremos colocar em relevo é o fato de que uma tradução funciona, com relação ao texto fonte, como se o representasse. Quer dizer: uma tradução evoca o texto fonte, mas não é ele. Assim como um signo – enquanto coisa representante – evoca a coisa representada, uma tradução evoca o texto fonte.

E como ela pode fazer isso? Se aplicássemos, apressadamente, as noções de transparência e opacidade, poderíamos considerar que uma tradução funcionaria de maneira transparente ou opaca com relação ao texto fonte. Nesse caso, facilmente se poderia cair numa visão binária, quase maniqueísta, que defenderia que, quanto mais transparente for uma tradução em relação ao texto fonte, “melhor” ela seria. É nesse sentido que vemos uma certa pressa de aplicação das noções.

Para nós, uma tradução cessa de funcionar na binariedade da transparência/opacidade quando a percebemos como um enunciado que evoca o seu próprio aparecimento, sua enunciação. Em outras palavras, há, em uma tradução, o que é o dito e o fato de dizê-lo: o enunciado e a enunciação. Ou ainda: o enunciado (o texto alvo) é inseparável de sua enunciação.

Nesse sentido, a tradução comporta uma referência ao seu próprio aparecimento. E como essa autorreferência se apresenta? Ora, o enunciado, o texto

alvo, de um lado, representa o texto fonte e, de outro lado, simultaneamente, se apresenta, em seu conjunto, como uma tomada de posição sobre o texto fonte. É por isso que dissemos acima que a tradução comportava, nela mesma, um comentário descontínuo, sem ser, em si, um comentário no sentido exegético da palavra. Assim, ao mesmo tempo em que uma tradução evoca (representa) o texto fonte, ela acontece, na sua condição de enunciado, em seu próprio tempo. Em resumo, o texto alvo, o enunciado, se insere em um tempo, acontece em um tempo, essa é a sua enunciação.

E como o tempo pode opacificar uma tradução? Depende se se trata de enfocar o enunciado ou a enunciação. O tempo em uma tradução pode opacificar a enunciação – o seu acontecimento em uma dada época – ou o seu enunciado – o que pode aparecer na forma de diferentes decisões tomadas pelo tradutor com relação aos diferentes aspectos linguísticos.

Tentaremos ilustrar essa diferença de operação do tempo em uma tradução a partir do exame de prefácios/posfácios de tradutores.

3 OPACIDADE: UMA REFLEXÃO LIGADA AO TEMPO E À TRADUÇÃO

Utilizando, com certa liberdade, a famosa distinção saussuriana entre sincronia e diacronia (cf. SAUSSURE, 1975) podemos formular claramente como entendemos, nos limites deste trabalho, o problema do tempo na tradução, ao menos quanto ao que estamos considerando ser da ordem da opacificação. Como lidamos, na tradução, com diferentes configurações – sincrônica e diacrônica – do tempo? De um lado, um texto carrega, em si, a sincronia de sua língua e a sincronia de seu aparecimento como texto; de outro lado, a leitura que se pode fazer de um texto carrega, em si, na sincronia de quem o lê, a diacronia das leituras já feitas. Steiner (op. cit., p. 57), mais uma vez, pode ser útil aqui: “Cada geração, ao mesmo tempo que, na sua rede vital de acesso imediato e de eco preciso, retraduz os clássicos, investiga a linguagem visando a ressonância da construção de um passado”.

Em resumo, um texto está sempre inserido numa estrutura temporal. Não há sentido fora do tempo. A cada vez que produzimos um texto (falado ou escrito), evocamos a diacronia da língua na sincronia da enunciação. Com a leitura de um texto não é diferente: lemos, no agora da leitura, um texto do antes.

E a tradução? Nela, estão condensadas as diacronias da língua e da leitura na sincronia do tradutor. É nesse aspecto que vemos o tempo como elemento que pode opacificar uma tradução.

Acreditamos que, como dissemos acima, a tradução comporta uma referência ao seu próprio aparecimento. Essa referência está ligada ao tempo de duas maneiras: a) o tempo como fator de opacidade do enunciado; b) o tempo como fator de opacidade da enunciação. Observemos como se desdobram essas duas amplas possibilidades de opacificação nos comentários que alguns tradutores fazem acompanhar as suas traduções, sob a forma de prefácios, introduções ou posfácios⁸. Para facilitar as análises e melhor demonstrar os resultados, optamos por dividir cada uma das possibilidades de opacificação em subcategorias específicas.

É importante ressaltar, ainda, que, naturalmente, a maioria dos trechos analisados nesta seção é extraída de traduções de textos clássicos, porque nestes – dada a distância entre o original e a tradução – é possível melhor refletir sobre os efeitos do tempo. Entretanto, isso não deve ser tomado como indicativo de que é somente quando existe grande distanciamento temporal que há opacidade. Pelo contrário, a inclusão de um trecho de um texto contemporâneo, de 1994 (*O local da cultura*, de Homi K Bhabha) entre os exemplos que utilizamos adiante, indica que provavelmente qualquer extensão de período pode gerar efeitos de opacidade. Do mesmo modo, o fato de a maioria dos exemplos serem provenientes de textos literários não deve ser entendido como um indício de que é somente nesse tipo de texto que o fenômeno é observado. O livro de Bhabha serve novamente de evidência de que não é possível fazer tal afirmação.

⁸ As referências completas das fontes utilizadas nesta seção estão presentes no final do artigo, no item *Bibliografia*.

Uma última observação de natureza metodológica: a escolha dos prefácios aqui citados não se deu com base em algum critério formal, ou seja, não foram definidos parâmetros específicos para inclusão ou não de textos no corpus. O único critério foi a indicação explícita por parte do autor do prefácio da influência do tempo na tradução feita.

3.1 O TEMPO COMO FATOR DE OPACIDADE DO ENUNCIADO

Ao se considerar a materialidade do enunciado, o tempo parece incidir como fator de opacificação da tradução em sua organização linguística *stricto sensu* e em diferentes níveis da análise linguística. Essa incidência se dá em relação à própria língua tanto em relação ao texto fonte quanto ao texto alvo, além de também poder ser observada em relação às possíveis adições ao texto alvo e em reflexões que problematizam a sincronia do texto de partida.

3.1.1 Com referência à língua do texto fonte

(1) Numa operação de busca de melhorias na série cronológica, o trabalho está em atualizar a linguagem, entre outras coisas (*A divina comédia* - WANDERLEY, 2010, p. 28, sublinhado nosso).

Nesse trecho, podemos observar que o locutor localiza no tempo da língua do texto fonte a incidência do tempo como fator de opacidade de sentido. É preciso, segundo ele, *atualizar a linguagem*. Ou seja, ele expressa que a língua do passado, de uma sincronia anterior, não é mais adequada para a sincronia da tradução. Por isso, há opacidade de sentido, que deve ser contornada pelo tradutor justamente através da tentativa de adequação/atualização dessa língua.

3.1.2 Com referência à língua do texto alvo

Por exemplo:

(2) Em todo o percurso de *A divina comédia* defrontamos momentos em que uma conectividade sintática fica indispensável à força total do texto, na tradução. Embora o *modus loquendi* de Dante em grande número de versos seja notavelmente contracto, é preciso que em português, mais, no português de nosso tempo, sejam resolvidas essas (só) aparentes nugas de passagem, de articulação verbal (*A divina comédia* - WANDERLEY, op. cit., p. 30–31, grifos no original, sublinhado nosso).

É interessante notar que, nessa passagem, o tradutor se refere alternadamente tanto ao texto alvo quanto ao texto fonte. Nesse movimento, ele situa em determinados níveis da língua do texto alvo (*conectividade sintática, o português de nosso tempo*) a possibilidade de mostrar que o texto fonte (*aparentes nugas de passagem, de articulação verbal*), em seu tempo, já carregava uma opacificação do sentido, percebida na menção ao *modus loquendi* de Dante. Portanto, parece ser possível entender que o tradutor, aqui, de certa forma, expressa um desejo de não manter as características que evidenciam a opacificação do sentido já percebida na língua de partida na língua de chegada.

Outro exemplo é visto em (3):

(3) Em que português verter o *Quixote*? Pô-lo em português moderno não seria propriamente traduzir, mas adaptar (*O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha* - NOUGUÉ; SANCHEZ, 1991, p. 13, sublinhado nosso).

Aqui, o tradutor parece expressar uma certa resistência: não quer usar o português utilizado na sincronia atual na sua tradução, pois isso constituiria uma traição ao texto fonte, que não seria mais traduzido e sim adaptado, ou seja, perderia suas características originais. Ao expressar tal resistência, portanto, o tradutor parece estar indicando que não deseja que o texto se torne transparente, ou seja, deseja manter a opacificação do texto fonte.

Há também exemplos, como em (4), em que, ao contrário, a língua do texto alvo (*Tentamos obter equivalentes em nossa língua*), em seu conjunto, é submetida, na atualidade, às vicissitudes presentes no texto fonte (*os complexos jogos de linguagem e a ambiguidade que perpassa a escrita de Bhabha*), na tentativa de minimizar os efeitos da opacificação do sentido (*uma grande dificuldade*). Neste caso, vê-se a questão do tempo se apresentar quando o tradutor evidencia a ausência,

na sincronia atual da língua de chegada, de equivalentes dos “complexos jogos” do texto fonte. Na sincronia da tradução, a busca de equivalentes impõe a “construção” de algo que possa funcionar como os “neologismos” do texto fonte:

(4) Uma grande dificuldade enfrentada foi a de procurar reproduzir em português os complexos jogos de linguagem e a ambiguidade que perpassa a escrita de Bhabha. Tentamos obter equivalentes em nossa língua para os diversos neologismos criados pelo autor e para aqueles que constituem conceitos-chave em sua obra (*O local da cultura* - ÁVILA; LIMA REIS; GONÇALVES, 2005, p. 09, sublinhados nossos).

Também observamos, em (5), quando o locutor situa em um nível específico (*quanto ao vocabulário*), a localização do elemento que, em um outro tempo, exige desopacificação (*o caráter dinâmico por natureza da tradução, que pede sempre um novo olhar e uma nova interpretação*):

(5) Quanto ao vocabulário, adotamos dois procedimentos principais. Em primeiro lugar, tomamos a liberdade, em alguns casos, de propor novas traduções para termos que já tem correspondentes consagrados em nossa língua. O objetivo com isso não foi desmerecer o que o uso mostrou ser pertinente nem cultivar o novo só pelo gosto da novidade, mas apontar para o caráter dinâmico por natureza da tradução, que pede sempre um novo olhar e uma nova interpretação (*Apologia de Sócrates precedido de Êutifron (Sobre a piedade) e seguido de Críton (Sobre o dever)* - MALTA, 2012, p. 21, sublinhados nossos).

Em relação a esse exemplo, é interessante, ainda, notar que entram em jogo não somente as sincronias do texto fonte e do texto alvo, mas também as sincronias de traduções anteriores, ou seja, a opacificação se dá não somente quando consideramos a relação entre texto alvo e texto fonte, mas também em relação a traduções anteriores do mesmo texto.

Um último exemplo ainda é encontrado em (6), em que a sincronicidade da língua do texto alvo é sacrificada em favor de uma tentativa de manter um efeito de sincronicidade do texto fonte:

(6) Usei preferencialmente palavras da época de Cervantes ou anteriores, mas há também algumas do século XVIII e uma pequena porção do século XIX. Do século XX? Nenhuma (espero), mesmo que eu tenha sofrido por abrir mão de “encrenca”, datada de 1913 (*Dom Quixote de la Mancha* - SSÓ, 2012b, p. 18, sublinhados nossos).

Notamos, aqui, que o tradutor faz uma escolha deliberada, indicando inclusive o período específico do vocabulário que optou por utilizar. A recusa de

utilizar palavras contemporâneas indica uma tentativa de fidelidade baseada principalmente no tempo, ao invés dos mais tradicionais critérios de fidelidade baseados no sentido. Trata-se, portanto, de uma escolha peculiar por parte do tradutor, que indica uma busca da manutenção da opacidade.

3.1.3 Com referência ao que se pode, ou não, adjungir ao texto alvo

(7) Isso não quer dizer que esse tipo de paratexto, repito, seja de todo desnecessário, mas apenas que ele pode estar em outro lugar. Hoje, por exemplo, muito do que se pode desejar de esclarecimento está disponível online, inclusive em português, para qualquer leitor com o tipo de curiosidade que o leve a essas dúvidas. Anotar todos os nomes de personalidades históricas e todas as canções citadas, em 2012, pode até ser redundante (*Ulysses* - GALINDO, 2012, p. 7–8, sublinhado nosso).

Aqui, o locutor parece estar realizando um movimento que busca situar, ou não, à margem do texto, elementos (*personalidades históricas, canções citadas*) que podem, ou não, contribuir, no enunciado, para desopacificar, no tempo atual, o sentido do texto alvo. É interessante notar que ao mesmo tempo em que ele indica a existência de tais elementos, ele também questiona a necessidade de inclusão deles na obra, ou seja, ele tanto indica a possibilidade de desopacificação quanto rejeita que ela seja disponibilizada na própria obra traduzida. Há, portanto, um movimento duplo, que, de certa forma, parece admitir e condenar, concomitantemente, a opacificação.

3.1.4 Com referência ao tempo, em si, do texto fonte

A sincronicidade do texto fonte é abordada no seguinte trecho, em que o tradutor aponta para o peso e a responsabilidade da tarefa de tradução de um texto clássico:

(8) Não obstante, erguem-se muitas vezes contra este ideal uma série de obstáculos intransponíveis, dentre os quais, no caso do *Quixote*, o tempo e a altura mesma da obra. Sim, porque como traduzir uma obra de quatrocentos anos atrás e escrita por aquele que com ela não só fundou o romance universal, mas talvez nunca tenha sido igualado nesta mesma forma literária? (*O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha* - NOUGUÉ; SANCHEZ, op. cit., p. 13, sublinhados nossos).

É importante notar que o que se percebe em (8) é quase uma variante de (1), em que o tradutor afirmava a necessidade de atualizar a linguagem. Nesse caso, porém, não é a língua que é posta em destaque, como acontece em (1), mas a sincronia do texto fonte (*o tempo, como traduzir uma obra de quatrocentos anos atrás*). É, portanto, a distância temporal que opacifica o sentido.

Por outro lado, o tempo também é referenciado na sua diacronia:

(9) Preferi manter “dom Quixote de la Mancha” e ‘Dulcineia del Toboso’, em vez de “da Mancha” e “do Toboso”, porque esses nomes já atravessaram as fronteiras há muito tempo, assim como “Cavaleiro da Triste Figura”, embora, no caso, a figura se refira ao rosto do cavaleiro (*Dom Quixote de la Mancha* - SSÓ, 2012a, p. 09, sublinhados nossos).

Nesse caso, observamos que a diacronia, indicada pela menção a *esses nomes [que] já atravessaram as fronteiras há muito tempo*, é um fato que permite que a manutenção da opacidade seja admitida (*embora, no caso, a figura se refira ao rosto do cavaleiro*). Nesse caso, o tradutor opta por conservar os termos já usados tradicionalmente em traduções da obra – em um movimento contrário ao expresso em (5) –, potencializando a opacificação do sentido já consagrada diacronicamente.

3.2 O TEMPO COMO FATOR DE OPACIDADE DA ENUNCIÇÃO

O tempo também incide como fator de opacificação do dizer da tradução, da enunciação, ou seja, do fato de a tradução aparecer em um determinado momento, em que são situados os elementos do quadro figurativo da enunciação (pessoa, espaço e tempo). Novamente, é possível perceber essa opacificação tanto no texto alvo quanto no texto fonte, como veremos através dos exemplos apresentados abaixo.

3.2.1 Com referência ao leitor do texto alvo

(10) Não era essa a nossa proposta. Pretendíamos traduzi-lo resolvendo uma como “equação de três incógnitas”: como escreveria Cervantes o *Quixote* no português de sua época, mas sem perder o sabor hispânico de então, e ainda, de modo

compreensível para o leitor de hoje? (*O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha* - NOUGUÉ; SANCHEZ, op. cit., p. 13, sublinhado nosso).

Observe-se que, nessa passagem, a opacificação, denotada pela menção a um *modo compreensível*, é situada ao nível da interlocução (*o leitor de hoje*). Ou seja, há um desejo, por parte do tradutor, de adequar o texto ao seu interlocutor, mas também considerando a questão temporal, já que existe a preocupação com o hoje. Desse modo, a consideração da sincronia atual pode representar, de certo modo, uma desopacificação do texto.

Além disso, em alguns casos pode haver, como em (10), contraste entre figuras interlocutivas de tempos distintos: de ontem (*o leitor do século XIX, os leitores do tempo de Cervantes*) e de hoje (*Mas hoje? Talvez um leitor*).

(11) E *los reales sahumados*? É provável que o leitor do século XIX matasse num segundo a charada da fumigação da grana, como os leitores do tempo de Cervantes. Mas hoje? Talvez um leitor, em quinhentos ou em mil, em vez de pensar num arenque, como eu, se desse conta de que também se defuma para afugentar os maus espíritos, purificar e dar boa sorte, que é justamente o que o camponês propõe (*Dom Quixote de la Mancha* - SSÓ, 2012b, p. 16, grifos no original, sublinhados nossos).

Nesse caso, fica evidente que, dependendo da escolha do tradutor, a opacificação seria percebida ou não pelo leitor atual, cuja língua não inclui a locução mencionada. O leitor do tempo do original, *do tempo de Cervantes*, assim como *os leitores do século XIX*, estando familiarizados com a expressão utilizada, naturalmente não estranharia o seu sentido. Cabe, então, ao tradutor, a tarefa de perceber os efeitos da distância temporal para evitar a desopacificação do sentido.

Em (12), ainda é possível perceber um acúmulo entre a opacidade que advém da figura enunciativa do texto alvo (*as notas visam a contextualizar o leitor*) e do mundo que cerca o texto fonte (*ambiente cultural, social, político e religioso da época de Cervantes*). O tradutor enfatiza a influência do contexto, da situação enunciativa, no processo tradutório, apresentando, através das notas explicativas, uma maneira de auxiliar o leitor a superar o efeito de opacidade:

(12) E, antes de tudo, todas as notas visam a contextualizar o leitor no ambiente cultural, social, político e religioso da época de Cervantes, do qual o *Quixote* é um magnífico afresco (*O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha* - NOUGUÉ; SANCHEZ, op. cit., p. 14, sublinhado nosso).

3.2.2 Com referência à relação entre o sentido do texto fonte e o leitor do texto alvo

(13) Como passar esse sentido de modo que até gente lerda como eu entenda de estalo? (*Dom Quixote de la Mancha* - SSÓ, 2012b, p. 16, grifos no original, sublinhado nosso).

Em (13), o locutor coloca em questão o modo de dizer o sentido (*como passar esse sentido*), ou seja, o locutor coloca em reflexão a própria enunciação, o próprio dizer. A ação do tempo está, neste caso, circunscrita a uma tentativa de preservar, na passagem de um tempo a outro (*passar*) algo de ordem do sentido (*esse sentido*) da enunciação do texto fonte. O mesmo também ocorre em (14):

(14) Como manter a atmosfera de antiguidade e ao mesmo tempo ser legível? Aí está uma boa dor de cabeça, que John Rutherford driblou em sua tradução para a Penguin. Mas nem tudo o que fica bem em inglês fica bem em português. Não tenho coragem de pôr Sancho chamando dom Quixote de “você”, em vez de “vossa mercê”. De modo que fui bem mais conservador que Rutherford (*Dom Quixote de la Mancha* - SSÓ, 2012b, p. 18, sublinhados nossos).

Mais uma vez, é o “como” da enunciação que é colocado em destaque (*Como manter a atmosfera de antiguidade*). Em (14), temos a possibilidade de ver simultaneamente esse “como” da enunciação do texto fonte referida ao “como” da enunciação do texto alvo (*ao mesmo tempo ser legível*). Há dois tempos de enunciação colocados em relação na tradução.

Nos dois casos citados nesta subseção, há uma preocupação evidente com a opacificação, já que o tradutor se mostra preocupado com a manutenção do sentido e da atmosfera do texto original, ao mesmo tempo em que demonstra um desejo de permitir que o leitor da tradução tenha condições de compreendê-la.

3.2.3 Com referência à enunciação do texto alvo

(15) O tradutor digno desse nome há de querer atualizar o seu tempo e melhorar, de modo absoluto, o nível de poeticidade do texto traduzido (*A divina comédia* - WANDERLEY, op. cit., p. 28–29, sublinhado nosso).

Para além das questões éticas e técnicas que (15) levanta, o que nos interessa nessa ocorrência é mostrar como o tempo, nela, é fator de opacidade reconhecido no âmbito do “dizer” do texto fonte, em sua dimensão estética (*o nível de poeticidade*), que deve ser melhorada no texto alvo (*do texto traduzido*).

4 CONCLUSÃO

É tempo de esboçar uma conclusão para este estudo e a fazemos a partir de um ponto de vista: a especificidade do tempo na dupla enunciado/enunciação quanto à opacificação do sentido.

Bem entendido: não se tratou, aqui, de ter tomado o tempo em sua dimensão histórica, fenomenológica, cronológica ou mesmo física. Interessou-nos o tempo como constituinte de uma teoria da linguagem. Para nós, uma teoria da linguagem é inseparável de uma discussão acerca do tempo. Quanto a isso, não estamos sós: basta lembrar dois expoentes da linguística do século XX: Saussure, com sua díade diacronia/ sincronia; Benveniste, com sua perspectiva do discurso e da história.

Para nós, o tempo opera como um fator de opacificação do sentido. Em tradução, isso parece tomar uma dimensão ainda maior: marca-se na escrita de uma tradução a sua relação com o tempo do texto fonte (é uma relação que se mostra no enunciado, no tempo presente de um texto alvo); marca-se, igualmente, a relação do tradutor com os leitores do agora numa tentativa de fazer “ouvir” os leitores do ontem. É a enunciação em destaque.

Nas análises que fizemos acima, o tempo é tomado como, simultaneamente, a causa e o efeito da opacidade na tradução. A causa, porque ao se reconhecer o hiato entre a sincronicidade do texto fonte, a sincronicidade do tradutor e a almejada sincronicidade do texto alvo, delineia-se uma diacronia do texto, das leituras – possíveis, efetivas, ou não, – que se fizeram dele. Há uma história de leituras que insiste nessas sincronias. O efeito, porque o reconhecimento do tempo como fator de

opacidade da tradução produz, através dos inúmeros mecanismos que o enunciado pode conter, uma inovação de sentido e, portanto, também de leitura.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M.; LIMA REIS, E. L.; GONÇALVES, G. R. Traduzindo Bhabha: algumas considerações. In: BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005. p. 9–10.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2007.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

GALINDO, Caetano. Nota do tradutor. In: JOYCE, James. *Ulysses*. Tradução de Caetano Galindo. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 7–11.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: _____. *Linguística e Comunicação*. Tradução de José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 63–72.

MALTA, André. Introdução. In: PLATÃO. *Apologia de Sócrates precedido de Êutifron (Sobre a piedade) e seguido de Críton (Sobre o dever)*. Tradução de André Malta. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012. p. 11–22.

NOUGUÉ, Carlos Ancêde; SÁNCHEZ, José Luiz. Nota dos tradutores. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote da Mancha*. Tradução de Carlos Ancêde Nougé e José Luiz Sánchez. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 13–16.

ORTIGUES, Edmond. Interpretação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Portugal: Casa da Moeda, 1987. p. 218–233.

RÉCANATI, François. *La transparence et l'énonciation, pour introduire a la pragmatique*. Paris: Seuil, 1979.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. *Escritos de linguística geral*. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo, Cultrix: 2004.

SSÓ, Ernani. Notas sobre o texto. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução de Ernani Ssó. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012a. p. 09–10.

_____. Reflexões de um escudeiro de Cervantes. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução de Ernani Ssó. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012b. p. 11–23.

STEINER, George. *Depois de Babel: aspectos da linguagem e tradução*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa, Portugal: Relógio D'água, 2002.

WANDERLEY, Jorge. Traduzir *A divina comédia*. In: ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia – Inferno*. Tradução de Jorge Wanderley. São Paulo: Abril, 2010. p. 27–43.